

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### RECURSO :

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO

DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DO AMAZONAS

Ref: PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS N° 01-2022

RECORRENTE, INOVARES SOLUÇÕES E CONSTRUÇÕES inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº.: 09.381.640/0001-63, com Endereço na RUA: CATUABA, nº 1501, na cidade de HUMAITÁ, Estado de AM, - Tel. (97) 9106-5167, e -mail: inovares@outlook.com.br, que neste ato regularmente representado por seu Sócio Proprietário, Sr. Samuel de Souza Matos, conforme RG Nº:592.039, CPF/MF Nº. 667.250.382-04, vem interpor o presente RECURSO ADMINISTRATIVO, pelas razões que passa a expor.

#### DA TEMPESTIVIDADE

Preliminarmente, salienta –se que nos termos do inciso XVII do art. 4º da Lei 10.520/2002, cabe recurso administrativo no prazo de 03 (três) dias da decisão que declare o vencedor em pregão.

Outrossim, o Decreto nº 10.024/2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, dispõe no art. 44 que:

“Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

§ 1º As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de três dias.”

No caso em tela, a decisão ocorreu em 14.04.2022 em sessão de licitação. De modo que, o prazo para interpor recurso decorre em 20.04.2022.

Demonstrada, portanto, a tempestividade do presente Recurso.

#### 1. DA SÍNTESE DOS FATOS

Alega a recorrente, em apertada síntese, que à vencedora tempestivamente deixou de apresentar em planilha de custos e formação de preços, benefícios obrigatórios por força de CCT da categoria e também na fase de Habilitação Documentos de Habilitação obrigatórios do pregão Eletrônico SRP Nº 01/2022, ITEM 05 IFAM CAMPUS HUMAITÁ, conforme consignado na Ata da Sessão da Licitação, a Proposta da Recorrida foi indevidamente Aceita e Habilitada.

Na sua argumentação apresentada ao DEPARTAMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA E CONFORMIDADE – DEATC do IFAM, a RECORRIDA apresentou documentos que não comprovam sua exequibilidade e ainda mais; a mesma descumpriu as exigências editalícias obrigatória agindo de forma ilegal e passível de fraude licitatória;

Ademais salientamos que a empresa FCA SERVIÇOS E LOCAÇÃO 2 EIRELI, declarada vencedora possui erros insanáveis em sua proposta e documentação, especialmente, na proposta apresentada, AUXILIO ALIMENTAÇÃO, bem como não configurou como a proposta mais vantajosa ao ente público. Assim, como veremos adiante, as razões deste recurso devem prosperar.

#### 2. DAS RAZÕES DO RECURSO

##### A) DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA

Preliminarmente é imperioso destacar que a licitação é um procedimento administrativo, composto de atos ordenados e legalmente previstos, mediante os quais a Administração Pública busca selecionar a proposta mais vantajosa. Todavia, cada um dos seus atos deve ser conduzido em estrita conformidade com os princípios constitucionais e os parâmetros legais.

De acordo com a lei de licitações deve-se oferecer igual tratamento aos que desejam participar do processo, conforme expresso no art. 3º da L8666/93.; a escolha da proposta será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Igualdade, da Publicidade, da Probidade Administrativa, da Vinculação ao Instrumento Convocatório, do Julgamento Objetivo e dos que lhes são correlatos.”

Assim sendo apresentaremos os fatos descritos abaixo:

1. Obrigatoriedade de Preenchimento do auxilio alimentação nas planilhas de custos das licitações e contratos no Estado do Amazonas.

NA CONVENÇÃO COLETIVA DO TRABALHO AM0005072020 USADA NO TERMO DE REFERÊNCIA E TAMBÉM A CCT-AM VIGENTE AM000546/2021,

A CLÁUSULA SÉTIMA - DO AUXILIO ALIMENTAÇÃO DEIXA CLARO NO PARÁGRAFO TERCEIRO na última estrofe:

Ficam dispensadas da concessão do benefício em forma de Cartão Magnético ou Similar, as empresas que forneçam refeição em refeitório próprio ou do contrata (tomador do serviço), que seja de boa qualidade, e que venham a atender as necessidades de seus colaboradores. DEVERÁ CONSTAR O VALOR DE R\$ 14,00 (QUATORZE REAIS) POR FUNCIONÁ REFERENTE A ALIMENTAÇÃO EM TODAS AS PLANILHAS DE CUSTOS DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS NO ESTADO DO AMAZONAS.

Também Ficou preenchido em planilha 10% de Desconto do Valor Do auxilio Alimentação que não está preenchido assim CRIANDO ASSIM UMA ABERRAÇÃO CONTABIL.

2. Outra ABERRAÇÃO CONTABEL: Desconto em planilha de 6% do salário do trabalhador sem preenchimento do

valor do vale transporte ficando impossível saber qual percentual de desconto pode ser usado pelo custo do transporte.

Na CONVENÇÃO COLETIVA DO TRABALHO AM0005072020 usada no Termo de Referência e também na CCTAM AM000546/2021 VIGENTE,

A CLÁUSULA NONA - DO VALE TRANSPORTE deixa claro no Parágrafo Primeiro.

Para os empregados "BENEFICIADOS COM VALE-TRANSPORTE" "(não transporte Próprio)", será realizado o desconto de 6% (seis por cento), incidente sobre o salário base do trabalhador na forma da lei. LOGO para cálculo, fica claro o preenchimento de percentuais factoides "ocultando a inexecutabilidade"; pois as empresas remanescentes descontam do seu lucro para concorrer no pregão, diferente da : FCA SERVIÇOS E LOCAÇÃO 2 EIRELI, que desconta do salário e benefícios em planilha dos funcionários, que tem os mesmos garantidos integralmente por força de Leis trabalhistas e convenções coletivas do Trabalho;

AO COLOCARMOS O VALOR OBRIGATÓRIO DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO NA PLANILHA DA EMPRESA FCA SERVIÇOS..., CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E A CCT-AM DA CATEGORIA, O PREENCHIMENTO DE SUA PLANILHA FICOU COM ERRO IRREPARÁVEL ULTRAPASSANDO O VALOR OFERTADO E MESMO ZERANDO LUCRO E DESPESAS INDIRETAS, O VALOR MENSAL EM PLANILHA FICA R\$ 27.665,36 ULTRAPASSANDO SEU VALOR OFERTADO DE R\$ 26.353,38; MAIS DE R\$ 1.300,00 DE DIFERENÇA; A SITUAÇÃO PIORA SE RETIRARMOS OS 6% DE DESCONTO SOBRE SALARIO POR NÃO PREENCHER EM PLANILHA, O VALOR DO VALE TRANSPORTE, O VALOR MENSAL DA PROPOSTA CHEGA R\$ 28.416,59 E SE MANTERMOS O LUCRO MÍNIMO DE 3% E DESPESAS INDIRETAS DE 3% CONFORME A MESMA APRESENTOU, O VALOR MENSAL ULTRAPASSA OS R\$ 30.034,74.

Aqui já fica demonstrado a falta de Moralidade, da Igualdade, da Vinculação ao Instrumento Convocatório por parte da empresa vencedora, mas acertadamente o parecer feito pela contadora do local onde será executado o contrato, informa claramente os erros acima elencados e não corrigidos vejamos...

Palavras da Contadora do IFAM Campus Humaitá;

A empresa FCA SERVIÇOS E LOCAÇÃO 2 EIRELI tenha realizado o preenchimento da planilha, foram encontradas inconsistências RELEVANTES tanto formal quanto material, em determinados itens da planilha que são motivos para correção e solicitação de justificativas e esclarecimentos por parte da empresa, conforme demonstrado a seguir:

...B) O VALOR DO VALE ALIMENTAÇÃO PREVISTO NA CLÁUSULA SÉTIMA- DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO SERÁ INSTITUÍDO O VALOR DE R\$ 15,00 (QUINZE REAIS) POR DIA PARA CADA EMPREGADO ATINENTE A REFEIÇÕES DIÁRIAS, PARÁGRAFO PRIMEIRO FACULTA A EMPRESA A DESCONTAR ATÉ O PERCENTUAL DE 10% (DEZ POR CENTO) DO VALOR TOTAL DO BENEFÍCIO;

C) O VALOR DO AUXÍLIO TRANSPORTE PREVISTO NA CLÁUSULA NONA - DO VALE TRANSPORTE (NA PLANILHA DE ESTIMATIVA O VALOR DO TRANSPORTE FOI ESTIMADO EM R\$ 3,80)."

3. A empresa FCA SERVIÇOS E LOCAÇÃO 2 EIRELI não apresentou documento obrigatório contido no edital; atestado de vistoria ou declaração de conhecimento do local conforme item abaixo.

Nos itens

9.11.2.10. As empresas deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, caso exigida no Termo de Referência.

9.11.2.11. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, que conhece as condições locais para execução do objeto, ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

Se caso for apresentado declaração a mesma não está no rol de declarações no sistema comprasnet, pois é uma declaração específica que substitui o atestado de Vistoria onde do dimensionamento por metro quadrado e serviços peculiares em cada local.

A empresa apresentou a "DECLARAÇÃO 2" sem preenchimento do órgão e nenhuma especificação do processo licitatório, vejamos:

"...Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos o objeto do pregão e os termos constantes no Edital Pregão Eletrônico nº \*\*/20\_\_ – Processo nº \*\*/20\_\_ e seu(s) ANEXOS e do Regulamento bem como temos todas as condições de cumprir as exigências ali contidas no que concerne à apresentação de documentação para fim de habilitação. ..."

A mesma apresentou outra declaração " DECLARAÇÃO 3" para prefeitura de NOVA FATIMA – PR, vejamos:

"...Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados ao (a) Pregoeiro, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;

\*Comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

\*Comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrente de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre o fornecimento do objeto, em função de alterações de legislação correspondente, publicada durante a vigência do Contrato; \*Temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na Lei n.º 8.078 – Código de Defesa do Consumidor, bem como, ao Edital e Anexos do Pregão Eletrônico realizado pela Prefeitura de NOVA FATIMA – PR . Por ser expressão da verdade, firmamos a presente. ..."

O edital diz que assim que iniciar o processo licitatório, expira o prazo para anexação dos documentos obrigatórios conforme descrito no edital no item 5.1 replicado abaixo;

"5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.”

LOGO A FALTA DA DECLARAÇÃO DENTRO DO PRAZO REGIMENTAL DEIXA PRECEDENTE PARA EMPRESA VENCEDORA NÃO CUMPRIR COM SUAS OBRIGAÇÕES POR DESCONHECER O DIMENSIONAMENTO DO LOCAL ONDE SERA EXECUTADO O SERVIÇO DE LIMPEZA POR SER MENSURADO POR METRO QUADRADO.

4. Qualificação Técnica – não comprovou a veracidade do atestado apresentado.

Não consta o contrato que da suporte a contratação entre a FABRICA JG e a FCA SERVIÇOS E LOCAÇÃO 2 EIRELI; ficando impossível que os participantes do certame consultem tal contrato e façam sua avaliação de direito. Diferente de atestados de Órgãos Públicos.

Órgão públicos tem FÉ própria, e contratos podem ser consultado nas plataformas online das respectivas pastas Ministeriais do portal transparência, exigido no edital item abaixo:

9.11.2.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, CÓPIA DO CONTRATO QUE DEU SUPORTE À CONTRATAÇÃO, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017

De pronto, concluímos que não há como se falar em proposta mais vantajosa que não esteja em consonância com as normas do edital e os princípios que regem a licitação. Assim, vemos pontualmente que a FCA SERVIÇOS E LOCAÇÃO 2 EIRELI não apresentou a proposta mais vantajosa por não atender as exigências do edital.

Nesse sentido, destacamos as lições da ilustre Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

“Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei n 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual “ Deve-se cumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital e Termo de Referência); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados (art. 43, inciso II); se deixarem de atender as exigências concernentes a proposta, serão desclassificados (artigo 48, inciso I).” (grifamos).

tal empresa teve prazo regimental para pedido de impugnação do edital caso discordasse de qualquer exigência, mas não o fez!

Outrossim, ainda em consulta à doutrina acerca da temática, relembramos as palavras de Hely Lopes Meirelles, segundo o qual definiu que o edital “é lei interna da licitação” e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu.

Dessa forma, de maneira equivocada foi declarada a FCA SERVIÇOS E LOCAÇÃO 2 EIRELI como habilitada.

Nestes termos, percebe -se de forma incontestável que a empresa FCA SERVIÇOS E LOCAÇÃO 2 EIRELI, foi EQUIVOCADAMENTE consagrada vencedora, pelas razões fáticas e legais acima narradas. O que configura uma ilegalidade e impede o seguimento do certame, visto que viola afrontosamente as normas legais e editalícias.

Além disso, importante ressaltar, ainda, que para buscar a contratação mais vantajosa ao interesse público, toma-se necessária a segurança atribuída aos habilitantes, vinculando-os ao edital e este ao processo que o antecedeu, conforme o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Isto posto, percebe-se que o presente recurso merece prosperar, e, por conta disso, o Douto Pregoeiro deve inabilitar e desclassificar a FCA SERVIÇOS E LOCAÇÃO 2 EIRELI.

#### DOS PEDIDOS

Conforme os fatos e argumentos apresentados neste RECURSO, solicitamos como lícita justiça que:

A – A peça recursal da recorrente seja conhecida para, no mérito, ser DEFERIDA INTEGRALMENTE, pelas razões e fundamentos expostos;

B – Seja reformada a decisão do Douto Pregoeiro, que declarou como vencedora a empresa FCA SERVIÇOS E LOCAÇÃO 2 EIRELI, conforme motivos consignados neste Recurso, tendo em vista o descumprimento das normas do edital, em especial, a não apresentação da proposta mais vantajosa, o não preenchimento em planilha do Auxílio Alimentação, cobrança de 10% sobre auxílio não preenchido em planilha, cobrança de 6% a desconto de vale transporte não preenchido em planilha, bem como Deixar de Apresentar Atestado ou Declaração de Conhecimento do local obrigatório pelo edital e Deixar de apresentar Contrato que da Suporte ao atestado de Capacidade Técnica e a contratação;

C – Caso o Douto Pregoeiro opte por manter sua decisão, REQUEREMOS que, com fulcro no Art. 9º da Lei 10.520/2002 C/C Art. 109, III, § 4º, da Lei 8666/93, e no Princípio do Duplo Grau de Jurisdição, seja remetido o processo para apreciação por autoridade superior competente.

P. Deferimento.

Humaitá-AM, 15 de abril de 2022.

RECORRENTE

Samuel de Souza Matos  
Representante legal

CARLOS SÉRGIO DA SILVA GUIMARÃES  
Economista - Corecon - 2.429

ROBSON GONCALVES DE MENEZES  
Advogado OAB: AM3895

**Fechar**